



Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na segunda-feira	Euro Comercial, venda na segunda-feira	Capital de giro Na segunda-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,98% São Paulo	109.764 6/9 8/9 9/9 12/9	R\$ 1.212	R\$ 5,097 (- 0,98%)	R\$ 5,156	6,76%	13,70%	Abriu/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68 Agosto/2022 -0,36

ENFERMAGEM

Prefeituras temem impacto de piso salarial

Estudo da Confederação Nacional dos Municípios sustenta que remuneração mínima para profissionais custará R\$ 10,5 bilhões por ano e, sem uma fonte de financiamento, causará demissões na categoria, prejudicando o atendimento à população

» RAPHAEL PATI*

Aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) no início de agosto, o piso nacional para profissionais da enfermagem pode gerar um custo alto para as prefeituras, se, de fato, começar a ser aplicado. De acordo com um levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), sem fonte de custeio definida, o piso pode deixar 35 milhões de brasileiros sem assistência de saúde.

Para o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, a aprovação da Lei 14.434/2022, que estabelece a remuneração mínima ocorreu de maneira “atropelada”. A lei define piso salarial de R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras.

Segundo a CNM, o piso pode gerar despesa de até R\$ 10,5 bilhões por ano aos municípios e, por causa disso, provocar a demissão de quase um quarto dos profissionais da enfermagem ligados à Estratégia de Saúde da Família (ESF) — programa voltado à saúde básica, vinculado ao SUS —, o que representa mais de 35 mil trabalhadores.

A região mais afetada seria o Nordeste, que arcaria com um impacto financeiro anual de R\$ 939,3 milhões, deixando 17,9 milhões de pessoas desassistidas.

O presidente da CNM ressaltou que o problema não é o piso em si. “Mas, sem que seja aprovada uma fonte de custeio, veremos a descontinuidade de diversos programas sociais, o desligamento de profissionais e a população desassistida”, afirmou Ziulkoski.

Algumas propostas já foram veiculadas no Congresso Nacional para bancar o piso. Entre elas, a revisão da Tabela do SUS, que está defasada há 17 anos. No entanto, para a CNM, a medida não contribuiria para diminuir os impactos na atenção primária à saúde e seria benéfica apenas às unidades ambulatoriais e hospitalares.

Outra medida é a desoneração da folha salarial, mas, para a confederação, ela beneficiaria somente a iniciativa privada e os

Conta pesada

CNM diz que, sem fonte de custeio, lei que fixa piso salarial para profissionais de enfermagem pode colocar em risco as contas das prefeituras e prejudicar atendimento à população

Qual é o piso salarial previsto pela Lei 14.434/2022

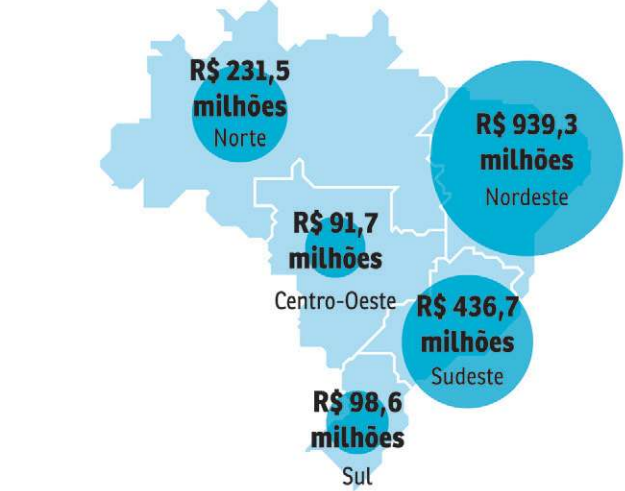


Pelas contas da Confederação Nacional de Municípios (CNM) a aplicação da remuneração mínima pode acarretar

- Despesa de R\$ 10,5 bilhões por ano aos municípios brasileiros
- Desligamento de quase ¼ dos 143,3 mil profissionais de enfermagem ligados à Estratégia de Saúde da Família (ESF), programa que abrange, atualmente, 5.563 municípios
- Desassistência de quase 35 milhões de brasileiros na área da saúde

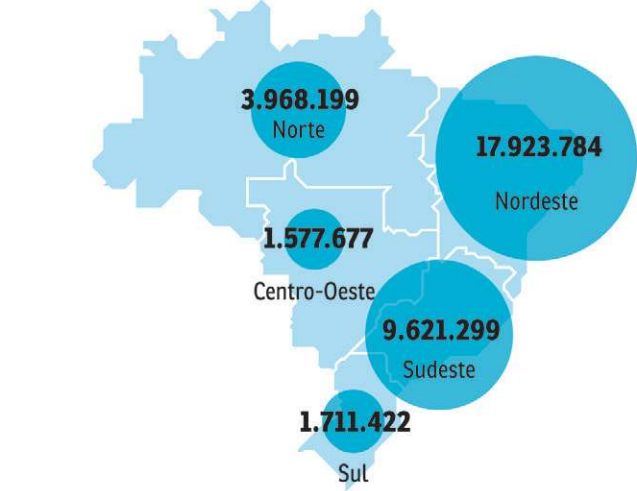


Impacto do piso da enfermagem no programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) nas diferentes regiões



Fonte: Estudos Técnicos da CNM.

População que pode ficar desamparada



entes federativos que possuem Regime Geral de Previdência. “Isso não soluciona, porque, dos 6 milhões de servidores, aproximadamente 4,5 milhões são efetivos, que estão nos fundos próprios de previdência (existentes em uma parte dos municípios)”, avaliou o presidente da CNM.

Para o presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal, Jorge Henrique, a União precisa aumentar os investimentos na saúde. “Os estados, nos últimos 30 anos, aumentaram o percentual dos gastos com saúde pública em relação às receitas; o da União, diminuiu”, comentou.

Votação no STF

O estudo da CNM é resultado de uma intimação feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que fossem apresentados, em até 60 dias, números que indicassem o impacto do piso da enfermagem no sistema de saúde. A solicitação tem o intuito de auxiliar a corte na avaliação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.222, apresentada contra a lei por entidades hospitalares.

Relator da matéria, o ministro Luís Roberto Barroso concedeu liminar e suspendeu a aplicação da lei por 60 dias. Desde a sexta-feira passada, o plenário analisa a liminar de Barroso. Ontem, o ministro Edson Fachin acompanhou os magistrados André Mendonça e Kássio Nunes Marques e votou contra a suspensão da lei. Outros quatro ministros apoiaram a posição de Barroso. Ainda faltam os votos de Gilmar Mendes, Luiz Fux e Rosa Weber, que podem definir suas posições até a próxima sexta-feira.

No voto, Fachin disse que considera pouco plausíveis os argumentos do relator, que apontam para uma possível inconstitucionalidade material. “Não porque não se deva ter cuidado com os impactos e consequências das decisões públicas, mas porque não houve qualquer violação das normas constitucionais”, afirmou.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

BANCOS

Caixa anuncia benefícios para mulheres

Após o primeiro mês de operação do programa Caixa pra Elas, a Caixa Econômica Federal (CEF) está ampliando os benefícios na contratação de produtos e serviços por clientes mulheres. As ações incluem desconto em taxas de empréstimos, carência em determinadas linhas em caso de maternidade ou adoção e novos benefícios em cartões de crédito.

As clientes mulheres terão 5% de desconto na taxa de juros do crédito pessoal na modalidade pessoa física. No consórcio para veículos leves, o desconto será de 10% sobre a taxa de administração do produto.

Além disso, o banco concederá isenção de três meses

das taxas da cesta de serviços de conta corrente para clientes mulheres, isenção no aluguel na maquininha Azulzinha para faturamentos a partir de R\$ 100, letras de crédito imobiliário (LCI) com rentabilidade de até 1 ponto percentual acima do CDI.

A presidente da Caixa, Daniela Marques, disse que as condições especiais em taxas de empréstimos e benefícios específicos para mulheres, lançadas pelo banco ontem, são possíveis diante da maior qualidade do crédito concedido a elas.

“Esses descontos são fruto do fato de que mulheres são mais adimplentes”, afirmou a executiva, em coletiva de imprensa

realizada no Rio de Janeiro para anunciar os lançamentos. Ela emendou que não se trata de dinheiro “carimbado”, e que o banco não quer fazer discriminações entre diferentes grupos sociais. A Caixa estima ter 72,9 milhões de clientes do gênero feminino, o que representa mais da metade da base do banco.

Seguro

Entre os benefícios para a clientela feminina, estão incluídos um cartão de crédito com design e benefícios exclusivos, um seguro de vida para mulheres com isenção de pagamento em caso de câncer e indenização, no caso de câncer de mama, ovário e útero. O

programa também terá uma previdência para mulheres com uma consulta ginecológica por ano e pagamento de R\$ 50 mil em caso de nascimento de gêmeos ou mais filhos.

A Caixa dará, ainda, condições especiais de pagamento em determinadas linhas de crédito contratadas por mulheres. No crédito direto e no crédito pessoal energia renovável, será possível pausar o pagamento por quatro meses em casos de maternidade ou adoção.

No consignado, haverá desconto de até 2% sobre a taxa; no penhor, haverá taxa especial de 1,89%, e na renovação, haverá um limite de até 100% do valor da garantia.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Daniella Marques: clientela feminina terá taxas favorecidas